

VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER: CARACTERIZAÇÃO DOS CASOS DE VIOLÊNCIA NO MUNICÍPIO DE FEIRA DE SANTANA, NO PERÍODO 2010 A 2013

Janne Pinto De Almeida¹; Claudio Jenner Moura Bezerra²

1. Bolsista PEVIC/UEFS. Graduanda do curso de Direito. Departamento de Ciências Sociais Aplicadas. Universidade Estadual de Feira de Santana. Email: jannealmeida02@gmail.com
2. Orientador. Departamento de Ciências Sociais Aplicadas. Universidade Estadual de Feira de Santana. Email: claudiojenner@uol.com.br

PALAVRAS-CHAVE: Violência; Gênero; Mulher

INTRODUÇÃO

A violência contra a mulher é um fenômeno complexo, multifacetado que requer ações interdisciplinares, pois atinge os aspectos biopsicossociais da vítima (ACOSTA; GOMES; BARLEM, 2013). Destarte, as agressões perpetradas contra a mulher deixam múltiplas cicatrizes no corpo e na alma, e sua constância rouba a esperança de mudança, pelo próprio receio que a mulher carrega de, a qualquer momento, o ato culminar na sua morte e/ou na destruição da sua família. (LABROCINI, 2012).

O Brasil lança estratégias para combater a violência, isto é, ações afirmativas que produzem medidas especiais para atender as necessidades desse grupo na sociedade. Observa-se a criação de secretarias especiais para mulher, formulação de políticas, como o pacto nacional de enfrentamento à violência contra as mulheres, além de uma lei específica para a questão da violência doméstica perpetrada contra a mulher, no caso, a Lei nº 11.340/2006 (conhecida por Lei Maria da Penha).

Diante do exposto, percebe-se que a questão da violência contra mulher é um problema biopsicossocial necessitando de ações de cunho legal em conjunto com outros serviços. Assim, com base no projeto de pesquisa ‘Uma análise sobre as causas da violência doméstica e familiar contra a mulher a lume dos processos judiciais da comarca de Feira de Santana – Bahia, entre o período de 2010/2013’, o presente trabalho tem como objetivo caracterizar os envolvidos na violência doméstica e familiar contra a mulher, ou seja, a mulher e o agressor, segundo variáveis sociodemográficas.

MATERIAIS E MÉTODOS

Este estudo foi desenvolvido através de uma pesquisa documental, descritiva e exploratória com abordagem quantitativa, derivada do projeto de pesquisa “Uma análise sobre as causas da violência doméstica e familiar contra a mulher a lume dos processos judiciais da comarca de Feira de Santana – Bahia, entre o período de 2010/2013”. A pesquisa foi realizada perante a Promotoria de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, na cidade de Feira de Santana – Bahia, para onde foram encaminhados os processos judiciais, do período 2010 a 2013, para o levantamento de dados sobre a violência doméstica e familiar contra mulher.

ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

O fenômeno complexo da violência doméstica e familiar tem como envolvidos a mulher e o seu agressor. Diante disso, se analisa os aspectos sociodemográficos dos envolvidos como: a faixa etária, a escolaridade, o estado ocupacional. Na tabela 1 se observou as variáveis sociodemográficas da mulher e o do seu agressor, comparando os dados e discutindo-os.

Tabela 1. Perfil das mulheres e dos agressores da violência doméstica e familiar, no período 2010 a 2013, no município de Feira de Santana – BA

Variáveis	Mulher		Agressor	
	n	%	n	%
Faixa etária				
Igual ou menor de 12 anos	5	1,2	1	0,2
Maior que 12 anos e menor que 18 anos	13	3,1	1	0,2
Maior que 18 a 30 anos	131	31,2	142	33,8
Maior que 30 a 40 anos	139	33,1	131	31,2
Maior que 40 a 50 anos	65	15,5	95	22,6
Maior que 50 a 60 anos	39	9,3	35	8,3
Maior que 60 anos	28	6,7	13	3,1
Não identificado	0	0	2	0,5
Estado Civil				
Solteira (o)	198	47,1	205	48,8
Casada (o) ou convivente	153	36,4	156	37,1
Viúva (o)/Divorciada(o) ou separada(o)	61	14,5	36	8,6
Outro/não identificado	8	1,9	23	5,5
Estado Ocupacional				
Empregada (o) /autônoma(o)	241	57,4	316	75,2
Desempregada (o)	71	16,9	43	10,2
Funcionária (o)pública ou equiparada (o)	24	5,7	20	4,8
Aposentada (o)	24	5,7	11	2,6
Outro/não identificado	60	14,3	29	6,9
Escolaridade				
Não alfabetizada (o)	12	2,9	20	4,8
Alfabetizada (o)	44	10,5	84	20,0
Ensino fundamental incompleto	67	16,0	87	20,7
Ensino fundamental completo	61	14,5	55	13,1
Ensino médio completo	120	28,6	96	22,9
Ensino médio incompleto	38	9,0	25	6,0
Ensino superior completo	25	6,0	12	2,9
Ensino superior incompleto	28	6,7	13	3,1
Não identificado	25	6,0	28	6,7

Fonte: autores, 2015.

Ao analisar a idade da vítima que denuncia o agressor, observa-se a faixa etária de maior que 30 a 40 anos, correspondendo 33,1% (139 mulheres), com maior frequência, seguido da faixa etária maior que 18 a 30 anos com 31,2% (131 mulheres). Portanto, mulheres na faixa etária maior que 18 a 40 anos, vítimas de violência doméstica e familiar, correspondem 64,3% dos casos analisados nos processos. Esse dado revela que a frequência coincide com as fases produtivas e reprodutivas da mulher, salientando também um possível

empoderamento que conduz a mulher a decidir sobre a procura por ajuda e conseqüentemente a denúncia do seu agressor, como uma forma de cessar a violência em que foi exposta.

A faixa etária do agressor com maior frequência foi maior que 18 a 30 anos correspondendo a 33,8% dos processos avaliados. Seguido da faixa etária maior que 30 a 40 anos com 31, 2%. Logo, observa-se que a faixa etária maior que 18 a 40 anos correspondem 65% dos agressores, dado semelhante com a faixa etária das vítimas.

O estado civil das mulheres vítimas de violência doméstica com maior frequência foi solteiro com 47,1% (198 mulheres solteiras), considerou como solteira, a mulher que se declarou no momento do seu depoimento esse estado civil. A segunda maior frequência foi casada ou convivente correspondendo a 36,4% (153 mulheres), considerando como casada ou convivente aquela que se declarava casada ou que informava conviver no mesmo ambiente que o agressor. Cerca de 10,5% (44 mulheres) declararam o estado civil divorciada ou separada, compreendendo divorciada como rompimento legal e definitivo do casamento civil e separada como rompimento do vínculo afetivo, não, necessariamente, uma relação jurídica.

Em relação ao estado civil do agressor, aproximadamente 49% se declararam solteiros no processo de violência doméstica, seguido de 37,1% que se declararam casado ou convivente. Entretanto apenas 8,6% informaram o estado civil divorciado ou separado ou viúvo.

A maioria das mulheres em situação de violência doméstica declarou possuir alguma atividade remunerada correspondendo a 57,4% (241 mulheres). Considerando como empregada ou autônoma aquela mulher que informou vínculo empregatício de forma assalariada ou atividade econômica própria. Cabe salientar que no item desempregada foi associado a mulher que não desempenha atividade remunerada e está inserida somente no trabalho doméstico do lar, sendo esse item o segundo com maior frequência (16,9%).

Dos processos analisados, na questão do estado ocupacional, a maioria dos agressores de violência doméstica declarou possuir alguma atividade remunerada correspondendo a 75,2% (316 agressores). Entretanto, 10,2% informaram não possuir atividade remunerada, seguido de 4,8% que declararam desenvolver alguma atividade no setor público e, por fim, 2,6% informaram ser aposentados. Fica nítido que o agressor exerce de forma mais frequente suas atividades ocupacionais no espaço público, enquanto que a mulher exerce atividade no espaço doméstico.

Observa-se que 28,6% das mulheres possuem o ensino médio completo, 16% possuem ensino fundamental incompleto e 14,5% ensino fundamental completo. Enquanto 6% possuem ensino superior completo e 6,7% ensino superior incompleto. Em relação a escolaridade do agressor, 22,9% possuem o ensino médio completo, 20,7% possuem ensino fundamental incompleto e 20% se declararam alfabetizados. Enquanto 2,9% possuem ensino superior incompleto e 3,1% ensino superior completo.

Há convergência com a escolaridade da mulher em situação de violência doméstica e familiar e do agressor, pois a frequência maior, na questão da escolaridade, em ambos, encontra-se no ensino médio completo. Contudo, ao atentar para o tempo de estudo, verifica-se uma frequência de agressores com tempo menor de estudo, menos de 11 anos (alfabetização a ensino fundamental completo), correspondendo a 53, 8%, já as mulheres apresentam 41%, ou seja, os agressores têm uma frequência escolar menor que as mulheres.

Tabela 2. Frequência dos tipos de violência doméstica e familiar, no período de 2010 a 2013, município de Feira de Santana – BA

	n	%
Violência física	309	73,6
Violência moral	207	49,3
Violência sexual	17	4,0

Violência psicológica	338	80,5
Violência patrimonial	93	22,1

Fonte: autores, 2015.

Na tabela 2, o tipo de violência mais frequente nos casos de violência doméstica e familiar foi a violência psicológica com mais de 80% dos casos analisados, seguido da violência física com 73,6%, violência moral com 49,3%, violência patrimonial com 22,1% e violência sexual com 4%. Salienta-se que há uma prática simultânea de mais de um tipo de violência em um mesmo caso, assim, a mulher pode sofrer mais de um tipo de violência na relação com o agressor.

CONCLUSÃO

A violência demonstra uma assimetria na determinação dos gêneros na sociedade, que desestabiliza os aspectos biopsicossociais da mulher e também da sua família, principalmente, seus descendentes. Compreende-se que o liame da violência com os aspectos biopsicossociais da mulher está presente nas consequências deste para a saúde física e emocional da mulher e nas questões sociais de representação do gênero feminino.

Dessa forma, conclui que ao conhecer como esse fenômeno se manifesta em um grupo, possibilita refletir como a sociedade enfrenta as diferenças dos gêneros, além de permitir o delineamento adequado das políticas públicas para atender as necessidades das mulheres em situação de violência, ofertando uma assistência ampla e medidas concretas de prevenção a violência.

REFERÊNCIAS

- ACOSTA, D. F; GOMES, V. L. O; BARLEM, E. L.D. Perfil das ocorrências policiais de violência contra a mulher. *Acta Paul Enferm.* 26(6):547-53. 2013.
- BRASIL. **Lei Nº 11.340** de 07 de agosto de 2006. Brasília. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111340.htm. Acesso em 10 de jul. 2014.
- LABROCINI, L.M. Processo de resiliência nas mulheres vítimas de violência doméstica: um olhar fenomenológico. *Texto Contexto Enfermagem*, 21(3): 625-32, Florianópolis, jul-set. 2012.